



O cacique Arnaldo Kaba Munduruku sobrevoa as obras da usina de Belo Monte no Cessna Caravan do Greenpeace



Plateia de índios em silêncio sepulcral assiste vídeos da usina de Altamira exibidos na parede do posto de Saúde

## Embate ambiental Mundurukus reúnem 102 aldeias em assembleia para debater hidrelétricas do rio Tapajós

# Tribo guerreira pede diálogo contra barragem

**Daniela Chiaretti**  
De Waro Apompu (Pará)

A aldeia de Waro Apompu, às margens do Cururu, bonito afluente do Tapajós, ainda livre do mercúrio dos garimpos, desperta antes do galo cantar. Mulheres se banham no rio e lavam roupas e crianças enquanto o nevoeiro se desfaz. “Kabiá!” escuta-se a toda hora, desejo coletivo que o dia seja bom e os horizontes se abram. As índias sobem para preparar o almoço — carne de macaco e farinha de mandioca — dos participantes da Assembleia Geral que reuniu 700 mundurukus de 102 aldeias durante cinco dias, na semana passada. Saúde e educação indígena estão na pauta, mas o tema de fundo é preservar o modo de vida. Os projetos hidrelétricos do governo para a região são compreendidos como grande ameaça. A estratégia de defesa é surpreendente: inspira-se no animal favorito do povo munduruku, o jabuti.

Quando o historiador Jairo Saw Munduruku diz que “nunca um ‘pariwat’ (o não índio) irá entender essa nossa forma de viver”, ele pode ter razão. Os mundurukus ganharam fama no Brasil graças à obra de “máquina de guerra”, “caçadores de cabeças” e “espartanos da Amazônia”, mas preferem o parente da tartaruga à onça.

“Somos o jabuti e o governo, a anta”, conclui Solano Akay Munduruku, cacique de Waro Apompu, depois de contar a história em que o bicho espera com paciência o momento certo para atacar o inimigo — morde o saco escrotal da anta e ela morre. “Não podemos ficar parados, o governo não dorme. Quer fazer rápido as barragens, correr como o veado”, segue o cacique, emendando com a parte da história em que o jabuti é desafiado pelo veado a apostar uma corrida. Estrategista, convoca todos os seus pares a ajudarem na empreitada: eles se postam na rota toda, um depois do outro. O veado pensa ver o concorrente a cada passo e morre, extenuado.

A metáfora vale para entender os movimentos deste povo de mais de 10 mil índios espalhados pela calha do rio Tapajós e que se sentem ameaçados pelos planos de construir hidrelétricas na região onde vivem há séculos. Há duas usinas em processo de licenciamento neste momento no Tapajós — São Luiz, mais adiantada, e Jatobá. Os estudos de Impacto Ambiental e o Componente Indígena (ECI) já foram entregues ao Ibama que, em março, pediu estudos adicionais à Eletrobras. “Não há cronograma

definido para as próximas etapas”, informa a assessoria de imprensa do Ministério das Minas e Energia.

Dezenas de barcos aportaram entre as mangueiras de Waro Apompu, no sudoeste paraense. A cada som de motor, jovens guerreiros saem em disparada, colares cruzados sobre o peito e lanças na mão, para receber as visitas. Na plateia há 90 caciques. Na organização política munduruku, cada aldeia tem cacique e chefe guerreiro. As decisões são tomadas por consenso. Todos têm voz. “O fracasso do povo munduruku é se ele se dividir”, diz o cacique Juarez Saw Munduruku, da aldeia Sawré Muybu, que luta pela demarcação da terra. Sawré Muybu será alagada se o governo erguer São Luiz do Tapajós.

A assembleia dos mundurukus decide eleger a nova diretoria da Pusuru, sua mais antiga associação, sediada em Jacareacanga. Estima-se que 80% da cidade seja munduruku. Alguns se elegeram vereadores. Em “Jacaré”, como dizem na al-

deia, há índios conformados com as hidrelétricas. “A Pusuru é a única associação que falava em aceitar a proposta do governo”, diz Maria Leusa Kaba Munduruku, líder do movimento Iperég’ayu, que quer dizer “povo que sabe se defender” e busca defender o território e a cultura munduruku.

O presidente da Pusuru agora é Josias Manhuay, que ocupava o posto de chefe dos guerreiros. Com a troca da diretoria, a intenção é fortalecer as ações do movimento Iperég’ayu e ter uma estratégia para reduzir o espaço de tentativa de cooptação das entidades. “Sempre fizemos reunião pedindo rádio e diziam que era difícil. Agora parece que tá vindo rádio e voadeira para cada aldeia”, diz Beroni Kaba Munduruku. “O pessoal está desconfiado que isso é para vencer sobre a barragem”, emenda seu sogro, o cacique Solano.

O governo tem argumentado que a usinas em estudo não alagam terras indígenas, mas os mun-

durukus enxergam o Tapajós de outra maneira que os “pariwat”, não como uma pizza de metro a ser fatiada. “O rio Tapajós é único, é sagrado. E os mundurukus são um povo só, que respeita o rio e a floresta”, diz Maria Leusa. O rio, contam de pai para filho, foi criado a partir da água do tucumã por um deus munduruku. “Para traçar um paralelo com os cristãos, é como se fizessem uma hidrelétrica no Jordão, onde Jesus foi batizado”, ilustra Danicley de Aguiar, “campanheir” do Greenpeace que coordena a campanha pela não construção das hidrelétricas na Amazônia.

“Os mundurukus não aceitam a barragem. Não vai prestar”, resume Arnaldo Kaba Munduruku, cacique-geral. “Todos os ‘parentes’ que já viveram isso dizem que não é bom, que a barragem complica a vida”, continua, usando a forma como os índios se referem aos outros índios. “O governo poderia pensar em outras formas [de gerar energia]. Porque só pensa em barragem?”

A aldeia tem ruas de terra, casas de madeira e uma igreja de tábuas brancas e grafismos alaranjados. “A Igreja Católica é contra os grandes projetos na Amazônia e apoia a luta dos indígenas”, diz o frei Sebastião Robledo, da Missão Munduruku, a aldeia ao lado. Os franciscanos estão ali há mais de 100 anos. A assembleia é iniciada com manifestações religiosas católicas e evangélicas ditas em munduruku. Os índios tiram as camisetas e exibem pinturas feitas com tinta de genipapo — folhas de palmeiras, flechas, cascos de jabuti.

O professor Edivaldo Poço quer trazer os cartazes que se referem ao protocolo de consulta prévia que os mundurukus aprovaram em dezembro e levaram ao ministro Miguel Rosseto, da Secretaria-Geral da Presidência. Trata-se de direito assegurado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário — que povos e comunidades recebem consulta prévia, livre e informada sobre projetos que os afetem. O

documento munduruku diz como eles querem ser consultados.

“As decisões do povo munduruku são coletivas”, dizem, enumerando que todos devem ser consultados — caciques, mulheres, estudantes, organizações e os vereadores (que “não respondem pelo nosso povo”). “O governo não pode nos consultar apenas quando já tiver tomado a decisão”, diz o texto. A consulta deve ser feita em território munduruku — e na língua deles.

A assessoria de imprensa da Funai, em nota, disse que “aguarda o posicionamento da Secretaria-Geral, na perspectiva de apoiar a construção dos Planos de Consulta, em estreito diálogo com os munduruku”. A Secretaria-Geral mandou outra nota dizendo que irá cumprir o que determina a Convenção 169 da OIT, mas sem entrar em detalhes.

“A consulta prévia precisa ser prévia e adequada à cultura. Precede a decisão do governo. E não adianta as empresas chegarem aqui com cartazes em português, porque isso não é consulta”, diz o procurador da República Camões Boaventura. Na Assembleia, ele leu os 14 impactos negativos das hidrelétricas, retirados de parecer da Funai — de alteração de locais de pesca ao aumento do fluxo migratório para a cidade. Os índios pediram que o Relatório de Impacto Ambiental de São Luiz seja vertido para a língua munduruku.

Dois dias antes da Assembleia, o cacique-geral e o cacique Juarez sobrevoaram as obras de Belo Monte em avião do Greenpeace. Ouviram dom Erwin Kräutler, bispo da Prelazia do Xingu, uma das vozes mais contundentes na resistência a Belo Monte. “O governo irá dizer que as usinas no Tapajós não atingem os índios porque entende que aldeia só é impactada quando inundada. Depois começará a campanha para cooptar lideranças e iniciativas a fim de dividir o povo. Aqui foi assim”, contou o bispo. “Não se deixem levar, as ofertas serão grandes. Mas o governo dá presentes até o dia em que o lago enche. Depois os índios irão viver como indigentes nas cidades”, emendou Antonia Melo, do Movimento Xingu Vivo para Sempre.

Em noite enluarada, imagens da hidrelétrica de Belo Monte foram exibidas aos mundurukus na parede do posto de saúde indígena. Os índios assistiram à projeção em silêncio sepulcral. “É horrível ver tamanha destruição, não queremos que isso aconteça conosco”, disse o cacique-geral Arnaldo Kaba. “Se a gente fraquejar, vamos perder a luta. Temos que mostrar união e força.”

A jornalista viajou às aldeias mundurukus a convite dos caciques e do Greenpeace



A chefe das guerreiras Maria Leusa Kaba e a filha: “O Tapajós é único, é sagrado. E os mundurukus são um povo só, que respeita o rio e a floresta”



Capitão Solano Akay, com o capacete de penas de arara, e o genro Beroni Kaba



Arco-íris sobre Waro Apompu, às margens do rio Cururu, afluente do Tapajós



Guerreiros recebem os participantes da Assembleia Geral do povo munduruku